

Entre cooperação e mercado: ressignificações das cooperativas escolares e a privatização da educação pública brasileira

Between cooperation and the market: resignifications of school cooperatives and the privatization of brazilian public education

Marco Aurélio da Silva ¹

Liziany Muller ²

Resumo

Este artigo analisa criticamente a apropriação contemporânea das cooperativas escolares por instituições privadas, tomando como referência comparativa a concepção original de Célestin Freinet e o modelo difundido pela cooperativa de crédito Sicredi. A investigação evidencia como iniciativas que reivindicam cooperação, protagonismo juvenil e educação para a cidadania podem operar, na prática, como dispositivos de privatização simbólico-pedagógica, redirecionando conteúdos, valores e práticas escolares segundo racionalidades neoliberais. Com base em autores como Ball, Youdell, Adrião, Garcia, Peroni, Robertson e Verger, argumenta-se que a crescente presença de atores privados nas escolas públicas materializa novas formas de governança educacional, nas quais interesses corporativos orientam agendas pedagógicas e produzem deslocamentos na autonomia docente e institucional. A análise demonstra que a proposta freinetiana, originalmente comprometida com a emancipação e a construção de uma pedagogia popular, é ressignificada pela incorporação de princípios de empreendedorismo, gestão e educação financeira, alinhados ao mercado. Conclui-se que compreender tais iniciativas requer uma leitura dialética, capaz de reconhecer tanto suas potencialidades formativas quanto seus impactos estruturais, abrindo espaço para propostas alternativas de cooperativas escolares que reafirmem o caráter público, democrático e crítico da educação.

Palavras-chave: Cooperativas escolares; Privatização da educação; Governança educacional; Freinet; Neoliberalismo; Políticas educacionais.

¹ Doutorando em Extensão Rural -UFSM; Mestre em Ciências Sociais - UFSM; Mestre em Educação – UNISC; E-mail: marcoaurelio22000@gmail.com; <https://orcid.org/0009-0006-7358-5814>; <http://lattes.cnpq.br/6665383866556823>

² Pós doutora em Zootecnia-UFSM; Profa associada ao PPGEXR-UFSM; E-mail: liziany.muller@ufsm.br; <https://orcid.org/0000-0001-7325-6611>; <http://lattes.cnpq.br/1486004582806497>

Abstract

This article critically examines the contemporary appropriation of school cooperatives by private organizations, comparing the original conception developed by Célestin Freinet with the model promoted by the Brazilian credit cooperative Sicredi. The analysis shows how initiatives framed in terms of cooperation, youth protagonism, and citizenship education may function as mechanisms of symbolic-pedagogical privatization, redirecting school values, practices, and curricula according to neoliberal rationalities. Drawing on authors such as Ball, Youdell, Adrião, Garcia, Peroni, Robertson, and Verger, the study argues that the increasing involvement of private actors in public schools represents new forms of educational governance in which corporate agendas influence pedagogical decision-making and constrain teacher autonomy. Findings indicate that Freinet's emancipatory project — grounded in cooperation, creativity, and popular pedagogy — is reinterpreted through principles of entrepreneurship, managerialism, and financial education. The article concludes that understanding these initiatives requires a dialectical perspective that acknowledges both their formative potential and their structural effects, while opening pathways for alternative cooperative projects that reaffirm the democratic, public, and critical mission of schooling.

Keywords: School cooperatives; Education privatization; Educational governance; Freinet; Neoliberalism; Education policy.

1 Introdução

A escola pública brasileira tem sido, progressivamente, incorporada a um ecossistema de iniciativas concebidas por agentes externos majoritariamente vinculados ao empresariado, a entidades filantrópicas corporativas e a organizações mediadas por capitais financeiros. Sob o argumento de “responsabilidade social” e da necessidade de modernização da educação básica, tais atores introduzem projetos que se apresentam como inovações pedagógicas, mas que frequentemente reproduzem agendas alinhadas à racionalidade gerencial e à cultura de performance, tal como discutem Ball (2021) e Adrião (2018). Amparados em narrativas de eficiência e qualidade, esses programas tendem a padronizar práticas, obscurecer a diversidade sociocultural presente nas escolas e reforçar a legitimidade pública de grupos privados, convertendo ações educacionais em estratégias de visibilidade institucional e de produção de reputação.

Nesse cenário, as cooperativas escolares têm recebido crescente atenção, especialmente quando promovidas por sistemas de cooperativismo financeiro que reivindicam filiação histórica ao pensamento de Célestin Freinet. A partir desse movimento, configura-se a necessidade de examinar

em que medida as concepções originais elaboradas por Freinet no início do século XX dialogam, convergem ou divergem das proposições contemporâneas elaboradas por instituições como o Sicredi, cuja atuação está ancorada no mercado financeiro. Este estudo, de natureza qualitativa, fundamenta-se em análise bibliográfica e documental para explorar as aproximações e tensões entre esses dois referenciais, buscando compreender como a noção freinetiana de cooperativa escolar é reinscrita em um contexto marcado pela crescente interpenetração entre setor público e interesses privados.

2 Conceitos embaixadores da análise

A análise crítica das cooperativas escolares exige situá-las no interior de um movimento dialético que articula práticas cotidianas e determinações estruturais, conforme enfatiza Lukács (1978) ao compreender a relação entre singular, particular e universal. Desse modo, uma iniciativa pedagógica que emerge no interior de uma escola ainda que marcada por especificidades locais deve ser compreendida como expressão concreta de um conjunto de mediações históricas, econômicas e políticas que estruturam a educação na sociedade capitalista. Assim, as cooperativas escolares não podem ser interpretadas apenas como uma inovação metodológica ou como um dispositivo de aprendizagem autogestionária; tratam-se, antes, de fenômenos inscritos na totalidade social e, portanto, atravessados por disputas de projetos formativos, valores hegemônicos e forças institucionais que lhes conferem sentido.

A partir dessa perspectiva, Harvey (2008) contribui para evidenciar que toda prática escolar se enraíza em formações socioespaciais específicas que condicionam sua materialização. Em diferentes contextos histórico-geográficos, a mesma proposta pedagógica pode adquirir contornos profundamente distintos, variando conforme as dinâmicas de poder, as políticas públicas, as desigualdades territoriais e as racionalidades

econômicas que atravessam o campo educacional. Assim, compreender as cooperativas escolares implica reconhecer que sua implementação no início do século XX, no contexto da França camponesa de Freinet, tem determinações muito diferentes daquelas presentes quando uma cooperativa de crédito as introduz em escolas públicas brasileiras do século XXI.

Nessa direção, Thompson (1981) oferece uma chave essencial ao lembrar que práticas sociais são sempre produzidas por sujeitos históricos coletivos ou institucionais portadores de intencionalidades, experiências e projetos próprios. Logo, as cooperativas escolares promovidas por instituições financeiras não emergem espontaneamente, mas decorrem de uma construção estratégica de sujeitos organizacionais que buscam, simultaneamente, ampliar sua presença social, fortalecer agendas de responsabilidade corporativa e produzir determinados efeitos formativos. A constituição de tais propostas, portanto, expressa concepções particulares de educação, sociedade e desenvolvimento, que não necessariamente convergem com as visões dos professores, gestores, estudantes e comunidades que compõem o espaço escolar.

Essa constatação nos leva à discussão contemporânea sobre a reconfiguração das fronteiras entre público e privado na educação. Pesquisas recentes vêm demonstrando que, nas últimas décadas, a ação de empresas, fundações e organizações financeiras tem adquirido centralidade na formulação de programas educativos direcionados às escolas públicas, muitas vezes sob o discurso da inovação, da modernização ou da promoção de competências socioeconômicas (Peroni; Carvalho, 2023; Adrião; Garcia, 2024).

Esse fenômeno ultrapassa a lógica tradicional de privatização, centrada na transferência de matrículas ou gestão, e se manifesta em uma privatização simbólico-pedagógica, na qual agentes privados passam a definir conteúdos, metodologias, valores e expectativas de comportamento escolar, reorientando finalidades públicas segundo racionalidades empresariais.

A literatura internacional também evidencia essa tendência. Verger, Fontdevila e Zancajo (2022) mostram que a inserção de atores privados no desenho de políticas e práticas educacionais tem produzido novos modos de governança, nos quais experiências escolares se tornam laboratório de agendas corporativas, movimentos filantrópicos e mercados educacionais emergentes. Frequentemente, tais iniciativas são implementadas sem participação substantiva dos coletivos escolares e sem avaliação democrática de seus efeitos, o que gera assimetrias na tomada de decisões e desloca a autonomia docente eixo fundamental da educação democrática para um lugar periférico.

No entanto, essa constatação não deve conduzir a leituras moralizantes ou dicotômicas. Como destaca Peroni e Carvalho (2023), é fundamental compreender empiricamente os sentidos atribuídos por diferentes sujeitos às iniciativas privadas nas escolas. Em muitos casos, professores e estudantes reconhecem ganhos como motivação, participação e protagonismo que coexistem com tensões estruturais. A análise, portanto, deve ser rigorosa, crítica e situada, considerando o diálogo entre potencialidades pedagógicas e riscos de captura ideológica.

Diante desse cenário, torna-se urgente avançar para modelos de cooperativas escolares que preservem sua dimensão emancipatória original, fortalecendo a autonomia docente, a participação democrática e a construção coletiva do currículo. Uma possibilidade promissora consiste na criação de cooperativas escolares comunitárias, vinculadas a universidades públicas, movimentos sociais e organizações territoriais, capazes de articular formação crítica, economia solidária e pedagogia freinetiana em diálogo com as necessidades concretas das comunidades.

Outra alternativa é instituir protocolos públicos de governança pedagógica, que garantam que qualquer parceria externa só ingresse na escola mediante decisão coletiva, transparência de interesses e salvaguarda da função social da educação. Assim, em vez de rejeitar integralmente as iniciativas externas ou incorporá-las de forma acrítica, seria possível

construir novas sínteses democráticas, em que a escola recupera seu papel como espaço ativo de produção de conhecimento, cidadania e transformação social.

3 As Cooperativas Escolares como dispositivos de ativação do trabalho formativo e da cooperação discente

A concepção de cooperativa escolar remonta às formulações de Célestin Freinet, cuja experiência enquanto militante socialista, professor rural e crítico da escola tradicional resultou no desenvolvimento de práticas pedagógicas centradas na produção coletiva do conhecimento. A pedagogia freinetiana emerge no contexto das disputas educacionais do início do século XX, dialogando com correntes renovadoras, mas mantendo características singulares. Para Freinet (2014), o trabalho enendado como atividade criativa, significativa e articulada à vida concreta constitui o eixo organizador da prática educativa, inseparável da cooperação e da participação democrática dos estudantes.

Nesse horizonte, a cooperativa escolar configurava-se como um dispositivo privilegiado de autogestão discente. Freinet (1969) a concebeu não como um instrumento para obtenção de recursos materiais, mas como uma instância de gestão coletiva do cotidiano escolar, na qual crianças e jovens pudessem deliberar, planejar, registrar, distribuir tarefas e avaliar seus projetos. Tal perspectiva inscreve a cooperativa em uma pedagogia da ação, vinculada aos quatro eixos estruturantes do método freinetiano: cooperação, comunicação, documentação e afetividade (Ferrari, 2008).

As chamadas técnicas Freinet, como o livro da vida, a correspondência interescolar, o jornal estudantil e as aulas-passeio, buscavam tensionar o isolamento escolar e inserir os estudantes em relações de troca com a comunidade, favorecendo a articulação entre o pensar e o fazer o que Tornaghi (2018) interpreta como uma pedagogia situada, fundada na experiência e no diálogo com o mundo social. A cooperativa, nesse contexto, constituía-se como espaço de formação cívica, no qual os

estudantes aprendiam, pela prática, a deliberar coletivamente, administrar conflitos e compreender a dimensão pública das instituições.

É igualmente relevante destacar o caráter político da obra de Freinet, cujo engajamento socialista e defesa de uma pedagogia popular contrastavam com o elitismo que atribuía a parte do movimento escolanovista. No Brasil, sua obra foi amplamente recuperada nos anos 1980, especialmente por correntes progressistas que defendiam práticas escolares centradas na autonomia e na autogestão (Oliveira, 2011). A perspectiva cooperativista, nesse caso, articulava-se a um projeto educativo emancipador, comprometido com processos coletivos e com a democratização da escola.

A proposta de cooperativa, tal como concebida por Freinet, articula dimensões pedagógicas, políticas e comunitárias: protagonismo estudantil, trabalho criativo, participação cooperativa, abertura à comunidade e formação democrática. Esses elementos estruturam a totalidade de sua pedagogia e, portanto, constituem parâmetros analíticos fundamentais para o exame comparativo entre as propostas freinetianas e as iniciativas contemporâneas promovidas por instituições financeiras, como é o caso do Sicredi.

4 As cooperativas escolares como uma (re)construção de uma cooperativa de crédito

A proposta de criação de cooperativas escolares impulsionada pela cooperativa de crédito Sicredi é apresentada às escolas públicas como parte de seu portfólio de projetos sociais e frequentemente associada, em seus materiais institucionais, à obra de Célestin Freinet. Nas páginas oficiais que descrevem a iniciativa, o projeto aparece como um dispositivo educativo capaz de desenvolver atividades sociais, culturais e econômicas, anunciando que os estudantes supostos protagonistas do processo formulariam uma proposta pedagógica capaz de transcender o ensino tradicional e modificar, social e economicamente, a vida dos participantes.

A expectativa declarada é a formação de lideranças cooperativas, empreendedoras e capazes de gerir uma organização de modo responsável e participativo. Essa narrativa institucional é reforçada pela vinculação com o programa “A União Faz a Vida”, outra iniciativa corporativa da Sicredi, e pelas experiências de Sunchales, cidade argentina reconhecida como capital nacional do cooperativismo. Nesses materiais, apresenta-se uma trajetória de êxitos: mais de duzentas mil crianças e adolescentes envolvidos, quase duas mil escolas participantes e metodologias voltadas ao desenvolvimento da cidadania cooperativa. Ao lado desse repertório, ressalta-se que Sunchales incorpora o cooperativismo como eixo transversal do currículo e destina parte de seu orçamento público à fundação de cooperativas escolares, constituindo-se, assim, como inspiração direta para a expansão da proposta dentro do Brasil.

As fundamentações institucionais destacam que as cooperativas escolares devem promover, nas escolas, os sete princípios do cooperativismo: adesão livre, gestão democrática, participação econômica, autonomia, educação cooperativista, intercooperação e interesse pela comunidade e afirmam que apenas os alunos podem ser seus sócios, cabendo a um professor o papel de orientador. A formação oferecida pela Sicredi inclui um curso de quarenta horas sobre fundamentos históricos e jurídicos do cooperativismo, estrutura organizativa, estatuto, conselhos, assembleias e etapas de criação de uma cooperativa. A ideia de que tais entidades constituem alternativa mais equânime e socialmente justa às desigualdades produzidas pelo capitalismo contemporâneo permeia esses discursos, reforçando a noção de que a iniciativa seria capaz de contribuir para a inclusão social por meio de empreendedorismo, solidariedade e educação financeira.

Observa-se que a proposta de cooperativas escolares difundida pela Sicredi se estrutura como um mecanismo de intervenção pedagógica assentado em princípios de gestão, liderança juvenil e empreendedorismo,

articulando-se ao ideário cooperativista tradicional, mas reinterpretado sob a ótica de uma instituição financeira.

Tal construção revela uma tentativa de conciliar práticas educativas com valores próprios do cooperativismo econômico, projetando nos estudantes competências consideradas essenciais para o funcionamento de organizações baseadas na autogestão e na participação coletiva. Contudo, a proposta carrega a marca de seu formulador institucional, evidenciando um redirecionamento dos sentidos originários da experiência de Freinet, que concebiam a cooperativa como elemento emancipatório e politicamente engajado.

Nesse movimento, torna-se evidente que a iniciativa, embora autodeclarada educativa, também opera como estratégia de projeção institucional e de comunicação pública, reforçando o papel social da cooperativa de crédito como agente de transformação. Essa ambivalência pedagógica e mercadológica prepara o terreno para compreender como a proposta se insere em um cenário mais amplo de articulação entre entidades privadas e escola pública no Brasil. É justamente a partir dessa constatação que se torna pertinente avançar para a seção seguinte, na qual se examina comparativamente as aproximações e os afastamentos entre as concepções de Freinet e da Sicredi, evidenciando os limites, tensões e ressignificações implicadas na transposição de um modelo pedagógico para um contexto de iniciativa empresarial.

5 Contrapondo as propostas: Quais aproximações? Quais afastamentos?

Para identificar aproximações e distanciamentos entre a concepção freinetiana de cooperativa escolar e a proposta da Sicredi, retomam-se os princípios centrais da pedagogia de Freinet: o protagonismo discente, a cooperação transversal, o trabalho livre e criativo, a articulação permanente entre pensar e fazer, os eixos estruturantes (cooperação, comunicação, documentação e afetividade), a cooperativa escolar como técnica pedagógica

e a vinculação da escola ao mundo social em perspectiva crítica, integrada a uma pedagogia popular e emancipadora. É evidente que, ao reivindicar Freinet como inspiração, a cooperativa de crédito não se compromete a adotar integralmente seu projeto pedagógico; contudo, a comparação torna visíveis as ressignificações promovidas.

Em ambos os modelos identifica-se a centralidade do protagonismo discente, pois os estudantes são colocados no centro decisório e o professor assume função orientadora. No entanto, a convergência se enfraquece quando se analisam os sentidos atribuídos à cooperação. Em Freinet, a cooperação constitui princípio transversal da vida escolar, permeando jornais, assembleias, correspondências, trabalho manual e investigação. Já na proposta da Sicredi, a cooperação aparece limitada ao espaço da cooperativa escolar, sem que haja garantias de sua incorporação no cotidiano pedagógico mais amplo.

O mesmo ocorre com o trabalho livre e criativo: para Freinet, trata-se de um princípio metodológico que atravessa o currículo; para a Sicredi, trata-se de um dispositivo restrito à criação de produtos para sustentar financeiramente a cooperativa. Também não se encontram menções aos quatro eixos freinetianos de articulação pedagógica, elementos fundamentais para compreender a coerência interna de sua proposta.

A relação entre pensar e fazer é outro ponto que aproxima as propostas, pois ambas sustentam a inseparabilidade entre teoria e prática, ainda que com vocabulário distinto (“pensar e fazer” em Freinet e “saber e fazer” na Sicredi). Entretanto, a vinculação com o mundo social essencial em Freinet para desenvolver consciência crítica e promover leitura transformadora da realidade assume sentido distinto na proposta da cooperativa de crédito. Na pedagogia freinetiana, trata-se de compreender o mundo para transformá-lo; na proposta da Sicredi, trata-se de formar sujeitos adaptados à lógica cooperativista empresarial, enfatizando empreendedorismo e gestão.

A cooperativa escolar, núcleo da comparação, revela simultaneamente convergências e divergências expressivas. Em Freinet, ela emerge de um desejo coletivo dos estudantes e se vincula organicamente às necessidades do grupo, como financiar jornais, excursões, materiais ou correspondência interescolar. Já na proposta da Sicredi, a cooperativa resulta de um convite externo feito por uma instituição financeira que fornece modelo, formação, etapas e produtos a serem produzidos, articulando os objetivos às demandas corporativas e ao discurso de empreendedorismo juvenil. Essa inversão de origem de dentro para fora em Freinet, de fora para dentro na Sicredi altera profundamente o sentido pedagógico da experiência.

Quando se observa a pedagogia popular de Freinet, comprometida com a emancipação da classe trabalhadora e com a construção de formas alternativas de sociabilidade, as divergências tornam-se ainda mais evidentes. Para Freinet, a cooperativa escolar deveria constituir-se como espaço de ruptura com as expectativas das classes dominantes e de experimentação de práticas democráticas e autogestionárias. Na proposta da Sicredi, entretanto, predominam elementos próprios da racionalidade mercantil empreendedorismo, liderança, gestão, educação financeira, linguagem empresarial de “sociedade” e “propriedade de quotas”.

Em vez de fomentar criticidade ou tensionar as bases do capitalismo, a proposta reforça valores de convivência, solidariedade e disciplina, mas sem horizonte de transformação social. O estudo do cálculo, concebido por Freinet como instrumento de compreensão da realidade material, é convertido em educação financeira, alinhada às orientações de mercado. Soma-se a isso o fato de que o curso preparatório e o próprio modelo organizacional são oferecidos por uma instituição que atua no sistema bancário, configurando uma pedagogia condicionada por interesses externos.

Esse enquadramento evidencia, portanto, que as aproximações entre as propostas são mais formais do que estruturais. Ao recorrer à análise de Harvey (2008), compreende-se que cada modelo responde às condições

históricas e geográficas de seu tempo: Freinet concebeu sua pedagogia em um cenário permeado por ideias socialistas e movimentos de escolarização popular; já o projeto da Sicredi emerge no contexto neoliberal, no qual a lógica de mercado se expande para territórios tradicionalmente públicos. Nesse sentido, Lukács (1978) ajuda a compreender como dispositivos educativos vinculados ao capital se apresentam como soluções para problemas sociais, naturalizando a presença de empresas na vida escolar. É nesse ponto que se insere a discussão de Peroni (2015) sobre a privatização da educação: não se trata de vender escolas, mas de permitir que agentes privados definam conteúdos, metodologias, valores e finalidades da escola pública, alterando a essência de sua função social.

À luz dessa leitura crítica, é possível reconhecer que a proposta da Sicredi carrega potencialidades, como a ampliação de espaços de fala e participação discente em escolas ainda marcadas por práticas tradicionais. Contudo, também reproduz um movimento crescente de filantropia empresarial que, ao se apresentar como solução para falhas do Estado, consolida a presença do setor privado como definidor de agendas, valores e sentidos da educação pública. A fronteira entre público e privado se torna difusa, e a escola passa a abrigar iniciativas que, sob o discurso do bem comum, fortalecem a legitimidade social das próprias instituições financeiras que as propõem.

Em conclusão parcial, a análise comparativa evidencia que as convergências entre Freinet e Sicredi operam principalmente no plano discursivo, especialmente no que tange ao protagonismo discente, à autogestão e à cooperação. Entretanto, quando se examina a operacionalização prática e a intencionalidade pedagógica, as diferenças tornam-se mais substanciais. Enquanto Freinet projetava a cooperativa como mecanismo de formação política, de resistência ao capitalismo e de fortalecimento de uma pedagogia popular, a Sicredi ressignifica esse dispositivo para finalidades de educação financeira, empreendedorismo e

gestão, deslocando sua dimensão crítica e politizadora para uma pedagogia compatível com o mercado.

Esse afastamento não reduz a relevância formativa da iniciativa, mas destaca que ela responde a outro paradigma educacional, alinhado a valores de eficiência, liderança e competitividade, próprios do neoliberalismo contemporâneo. Diante das aproximações e tensões identificadas, a seção seguinte avança para uma reflexão conclusiva mais ampla sobre os sentidos e os efeitos dessa ressignificação, contextualizando a disputa por projetos formativos no interior da escola pública brasileira e suas implicações para a compreensão das fronteiras entre público e privado.

6 Privatização, governança e políticas educacionais na escola pública contemporânea

A expansão das cooperativas escolares promovidas por instituições financeiras, como no caso da Sicredi, precisa ser situada no contexto mais amplo das transformações estruturais que têm reconfigurado o campo educacional nas últimas décadas. Como argumentam Adrião e Garcia (2024), a presença crescente de empresários e organizações corporativas na educação pública não constitui fenômeno isolado, mas parte de estratégias mais amplas de influência, sustentadas por redes de advocacy, think tanks, filantropias corporativas e organismos multilaterais.

Tais redes operam como verdadeiros arranjos de governança, orientando decisões pedagógicas e curriculares sob a aparência de neutralidade técnica. Nesse quadro, iniciativas como as cooperativas escolares promovidas por instituições privadas assumem centralidade na produção de sentidos sobre qualidade, inovação e cidadania, deslocando o protagonismo das comunidades escolares para atores externos.

Ball e Youdell (2007) caracterizam esse processo como *privatização endógena* e *exógena*. A privatização endógena refere-se à introdução de lógicas empresariais como eficiência, produtividade e gestão por resultados no interior da escola pública. Já a privatização exógena diz respeito à

transferência de funções educativas para agentes privados. As propostas de cooperativas escolares oriundas do setor financeiro articulam elementos de ambas as dinâmicas: por um lado, estimulam a gestão empreendedora, a criação de produtos, a organização societária e a educação financeira; por outro, introduzem no cotidiano escolar um modelo organizacional e formativo elaborado externamente. Assim, ao mesmo tempo em que se anunciam como iniciativas de protagonismo juvenil, constituem-se como veículos de disseminação da racionalidade neoliberal, entendida por Ball (2012) como uma matriz que naturaliza a participação do mercado nos processos formativos.

Essa compreensão se alinha às reflexões de Peroni (2015), segundo as quais a privatização da educação no Brasil não se limita à terceirização da gestão ou à compra de vagas, mas inclui processos mais sutis, que incidem sobre a dimensão pedagógica: conteúdos, práticas, metodologias e valores passam a ser definidos por entidades privadas que atuam como “parceiros” da escola pública. Ao impor agendas formativas construídas de forma unilateral, tais propostas geram assimetrias decisórias e produzem deslocamentos na autonomia docente, fenômeno igualmente identificado por Peroni e Carvalho (2023), que analisam a atuação do filantropocapitalismo e das parcerias público-privadas como dispositivos de controle simbólico sobre o trabalho pedagógico.

No plano internacional, Robertson e Verger (2012) demonstram que a globalização das políticas educacionais tem favorecido a consolidação de redes transnacionais de governança, nas quais empresas, fundações e organismos internacionais exercem influência decisiva na definição das prioridades educacionais. Essas redes, frequentemente legitimadas pelo discurso de modernização, inovação e eficiência, promovem a circulação de modelos padronizados que tendem a reduzir a pluralidade das experiências escolares e a enfraquecer o papel do Estado como garantidor da educação pública. Verger, Fontdevila e Zancajo (2022) reforçam que tais mecanismos configuram uma “governança em rede”, marcada pela

descentralização da autoridade e pela crescente participação de atores privados na formulação e implementação de políticas educacionais, produzindo cenários híbridos nos quais fronteiras entre interesse público e privado se tornam opacas.

Essa perspectiva dialoga diretamente com Verger e Gumport (2021), que analisam o papel crescente dos atores privados na produção de soluções educacionais desde material didático, tecnologia e avaliação até metodologias e programas de formação e alertam para o risco de que a escola pública se converta em arena de experimentação de agendas empresariais. A inserção de cooperativas escolares promovidas por instituições financeiras acompanha essa tendência, pois introduz na escola formas de organização e valores que respondem mais às lógicas do mercado e à produção de reputação corporativa do que às necessidades formativas definidas coletivamente.

Ao considerar esse conjunto de análises, observa-se que iniciativas como a da Sicredi, ainda que revestidas de discurso educativo, operam como mecanismos de governamentalidade neoliberal, orientando a formação estudantil para competências empresariais, reconfigurando finalidades sociais da escola e ampliando o alcance simbólico das organizações privadas no espaço público. Ao mesmo tempo, tais iniciativas criam novas formas de dependência escolar em relação a agentes externos, uma vez que os modelos pedagógicos, materiais, cursos, processos decisórios e até os produtos a serem desenvolvidos na cooperativa são previamente definidos por entidades privadas. Nesse cenário, a escola pública corre o risco de ser reduzida a espaço de aplicação de modelos prontos, limitando a construção democrática do currículo e diminuindo a potência de transformação que caracteriza a tradição freinetiana.

Assim, incorporar o debate contemporâneo sobre privatização, governança e políticas educacionais não significa negar as potencialidades formativas das cooperativas escolares, mas compreender que tais iniciativas se inserem em disputas mais amplas e complexas sobre o papel da escola

pública. Reconhecer essa trama permite analisar criticamente as ressignificações da proposta freinetiana, bem como avaliar os limites e possibilidades de projetos que, mesmo reivindicando a cooperação, acabam por reinscrever a escola pública em um arcabouço de valores corporativos, alinhados à racionalidade neoliberal que orienta as reformas educacionais contemporâneas.

7 Considerações Finais

As cooperativas escolares idealizadas por Freinet constituíram-se como instrumentos de experimentação pedagógica orientados pela cooperação, pela criatividade, pelo trabalho significativo e pela articulação permanente entre reflexão e ação. Por meio delas, buscava-se romper com práticas escolares imobilizadoras e construir, na escola pública, experiências que favorecessem a emancipação, a consciência crítica e a transformação social. A proposta da Sicredi, ao incorporar elementos formais dessa tradição, ressignifica-a segundo os valores do cooperativismo empresarial e da racionalidade neoliberal contemporânea, priorizando empreendedorismo, liderança, gestão e educação financeira.

Dessa ressignificação resulta uma concepção que, embora preserve algumas dimensões participativas, desloca o horizonte político original de Freinet, substituindo a crítica das estruturas sociais pela adaptação às dinâmicas de mercado. Assim, a proposta se insere no conjunto de iniciativas que, como argumenta Peroni (2015), promovem formas sutis de privatização da educação pública, redirecionando conteúdos, objetivos e práticas escolares a partir de interesses privados legitimados sob o discurso de responsabilidade social.

Nesse processo, a educação deixa de ser concebida como política pública estruturante e passa a figurar como ação focalizada, vinculada à filantropia empresarial e convertida em instrumento de projeção institucional no campo social. A pedagogia que, em Freinet, pretendia

dialogar com as necessidades da classe trabalhadora e fomentar a ação transformadora dos estudantes é, assim, reconfigurada em direção a finalidades compatíveis com a lógica mercantil, demonstrando como disputas de sentido atravessam a escola pública e produzem diferentes modos de compreender o papel das cooperativas escolares no século XXI.

Em conclusão, os elementos analisados evidenciam que a apropriação contemporânea das cooperativas escolares pela Sicredi opera como uma tradução institucionalizada e economicamente orientada de uma concepção originalmente vinculada à transformação social e à emancipação discente. Essa reinterpretação, ao mesmo tempo em que dialoga com valores cooperativistas clássicos, reconfigura o projeto para adequá-lo aos imperativos da racionalidade mercantil vigente, resultando em uma iniciativa híbrida que combina elementos educativos e interesses organizacionais. Apesar das potencialidades formativas envolvidas, a proposta introduz no ambiente escolar princípios e objetivos que não emergem da comunidade educativa, mas são definidos por uma entidade externa com estrutura e atuação bancária.

Conseqüentemente, o estudo reforça que tais iniciativas, embora expressas como ações de responsabilidade social, configuram formas sutis de privatização da educação, não pela transferência direta da gestão escolar, mas pela influência sobre os conteúdos e finalidades da formação. Ao tensionar os sentidos de bem público e de projeto educativo, esse movimento reafirma a necessidade de investigações contínuas, capazes de problematizar como certas propostas adentram o espaço escolar com aparente neutralidade, mas atuam como mecanismos de reconfiguração curricular e ideológica. Assim, este estudo contribui para o debate sobre a centralidade da escola pública como espaço de formação crítica, bem como para a compreensão das disputas contemporâneas em torno de seu projeto pedagógico.

Referências bibliográficas

- FERRARI, Michel. **Célestin Freinet: a alegria de aprender**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- FREINET, Célestin. **A educação do trabalho**. São Paulo: Martins Fontes, 1969.
- _____, C. **O livro da vida**. São Paulo: Centauro, 2004.
- _____, C. **Pedagogia Freinet**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.
- LEGRAND, Louis. **Freinet e a escola moderna**. São Paulo: Cortez, 2010.
- LUKÁCS, György. **Ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 1978.
- OLIVEIRA, Ramon. **Tendências pedagógicas na educação brasileira**. São Paulo: Cortez, 2011.
- PERONI, Vera. **Reformas educacionais e a lógica da privatização**. Campinas: Autores Associados, 2015.
- SICREDI. Programa **“A União Faz a Vida”**. Disponível em: <https://www.auniaofazavida.com.br/>. Acesso em: 19 de Nov de 2025.
- SICREDI. **Cooperativas Escolares**. Disponível em: <https://www.sicredi.com.br/>. Acesso em: 19 de Nov de 2025.
- THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. 3 vols. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

Recebido em Dezembro de 2025.

Aprovado em Abril de 2026.